

LEI Nº 5.720, DE 03 DE JULHO DE 2014

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 5.386, DE 23 DE JULHO DE 2012, QUE “INSTITUI A LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BETIM” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Betim, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o parágrafo único ao art. 27 da Lei Nº 5.386, de 23 de julho de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 27.

.....

Parágrafo único. No caso de empreendimentos habitacionais de interesse social, devidamente caracterizados pela CEPD, e obrigatoriamente destinados a famílias com renda de 0 (zero) a 03 (três) salários mínimos, será admitido que o número mínimo de vagas de estacionamento distribuído seja:

I - 60% (sessenta por cento) do número de unidades habitacionais possuam vagas para automóveis;

II - 40% (quarenta por cento) do número de unidades habitacionais possuam vagas para motos.”

Art. 2º Fica modificado § 4º do art. 16 da Lei Nº 5.386, de 23 de julho de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.

.....

.....

.

§ 4º Não serão permitidas vagas no afastamento frontal mínimo estabelecido pelo Anexo III, exceto quando:

a) se tratar de empreendimento habitacional de interesse social com participação do Poder Público Municipal;

b) a edificação prever afastamento frontal suficiente para reposicionamento do passeio público, passando este último a situar-se entre a edificação e as vagas. Neste caso, será necessário parecer técnico da Empresa Municipal de Transporte e Trânsito de Betim - TRANSBETIM, favorável ao reposicionamento do passeio, baseado principalmente na melhoria da segurança dos pedestres.”

Art. 3º Ficam acrescentados os §§ 5º e 6º ao art. 16 da Lei Nº 5.386, de 23 de julho de 2012, com a seguinte redação:

Art. 16.

.....

.

“§ 5º No caso previsto na alínea “b” do parágrafo anterior, será admitido que as vagas possuam pisos vazados, similares ao pavi-green, compondo as áreas permeáveis do empreendimento, dentro dos limites legais estabelecidos.

§ 6º No caso previsto na alínea “b” do parágrafo anterior, será exigido que os proprietários dos imóveis lindeiros removam quaisquer obstáculos que impeçam o livre trânsito de pedestres e a acessibilidade no passeio objeto de reposicionamento.”

Art. 4º Nas Áreas de Interesse Ambiental II – AIA-II, serão permitidos parâmetros urbanísticos diferenciados dos estabelecidos no Anexo II da Lei Nº 5.575, de 03 de julho de 2013, desde que atendidas simultaneamente as seguintes condições:

I - que pelo menos 40% (quarenta por cento) da área do imóvel seja perpetuamente caracterizada como RPE – Reserva Particular Ecológica, nos termos do Decreto Municipal Nº 16.660, de 01 de junho de 2001, e modificações, a qual será isenta de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

II - que as áreas com predominância de vegetação densa de porte arbóreo sejam preservadas em condições naturais;

III - que o empreendimento atenda aos parâmetros urbanísticos descritos no Anexo I desta Lei, de acordo com o uso a que se destina.

§ 1º Nos usos não residenciais a taxa de ocupação poderá, a critério da CEPD, ser superior a 30 %(trinta por cento), desde que a soma da Taxa de ocupação com o percentual de áreas impermeáveis descobertas não ultrapasse 40% (quarenta por cento) da área do terreno.

§ 2º Para concessão dos benefícios do § 1º aos hospitais, estes deverão:

I - manter em funcionamento os hospitais pelo prazo mínimo de 30(trinta) anos, contados da data de emissão do alvará de localização e funcionamento da atividade;

II - dispor de serviço de internação, meios diagnósticos e terapêuticos, com objetivo de prestar assistência médica curativa e de reabilitação que requeira a permanência do paciente na unidade por período superior a 24(vinte e quatro) horas;

III - destinar, no mínimo 50%(cinquenta por cento) da área líquida da edificação ao funcionamento de leitos hospitalares, enfermaria e bloco cirúrgico e o percentual remanescente a setores de apoio hospitalares;

IV - disponibilizar estrutura de assistência destinada ao atendimento:

a) de urgências e emergências adultas e pediátricas, nas hipóteses em que houver serviço de pronto atendimento no estabelecimento;

b) adulto e infantil nas especialidades médicas e nos serviços ofertados no estabelecimento;

V - os hospitais de que trata esta Lei poderão dispor de atividades de prevenção, assistência ambulatorial e de ensino e pesquisa.

Art. 5º Nos empreendimentos de parcelamento do solo em Área de Interesse Ambiental II (AIA-II), cujos processos administrativos de aprovação foram protocolizados no período de 01/01/2009 a 02/07/2013, onde a área a ser parcelada esteja antropizada ou ocupada por pastagens, conforme laudo de vistoria emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMMAD), ficam permitidos lotes com área mínima em conformidade com o adensamento populacional previsto para o local, definido pelo Plano Diretor do Município de Betim.

Art. 6º O art. 18 da Lei Nº 5.386, de 23 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Poderão localizar-se no afastamento frontal os seguintes elementos construtivos:

a) as guaritas e passarelas, com área não superior a 6,00 m² (seis metros quadrados);

b) os depósitos de GLP e os depósitos para armazenamento temporário de resíduos sólidos, desde que a soma de suas larguras não ultrapasse 15% (quinze por cento) da testada do imóvel.”

Art. 7º Fica acrescentado o § 4º ao art. 20 da Lei Nº 5.386, de 23 de julho de 2012, com a seguinte redação:

Art. 20.

.....

“§ 4º Os subsolos totalmente enterrados em terrenos planos, poderão ser desconsiderados para cálculo do número de pavimentos e dos afastamentos laterais e de fundos.

Art. 8º Fica acrescentado o § 3º, ao art. 14, da Lei Nº 5.386, de 23 de julho de 2012, com a seguinte redação:

Art. 14.

.....

“§ 3º As áreas permeáveis com tratamento paisagístico serão formadas por cobertura vegetal e espécies arbóreas, podendo ainda ser substituídas em até 50 % (cinquenta por cento) pelos pisos vazados, similares ao pavi-green.”

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Deliberação Normativa CODEMA Nº 05, de 26 de agosto de 2004.

Prefeitura Municipal de Betim, 03 de julho de 2014.

Carlaile Jesus Pedrosa
Prefeito Municipal

(Originária do Projeto de Lei nº 085/14, de autoria do Poder Executivo Municipal)